

CRIANÇAR O URBANISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA INFÂNCIA PARA A DISCUSSÃO DAS CIDADES

CHILDING URBANISM: A CHILD'S CONTRIBUTION TO DISCUSSION OF CITIES

CAROLINA MESQUITA CLASEN

RESUMO

O artigo apresenta os resultados de pesquisa com objetivo de revisar os modos e as maneiras das relações da infância com a cidade, abordando a experiência de apropriação dos espaços públicos, por meio de caminhadas com grupos de crianças. Dessa maneira, a reflexão localiza-se à espreita das lógicas de subversão do cotidiano, constituindo mapas através de percursos teóricos e articulações conceituais que contribuem para a abertura de um diálogo entre as crianças e a cidade. Os procedimentos metodológicos de caminhar, mapear e analisar os espaços percorridos foram praticados com dispositivos de apreensão dos trajetos, permitindo a elaboração de uma *criançação* urbana como mapa resultante da pesquisa. A *criançação* conjuga uma expressão menor característica da infância com a contemporaneidade, proporcionando a reelaboração dos referenciais de observação do uso do espaço e suas implicações na forma urbana. Com isso, a observação dos lugares da infância nas cidades engendram um plano empírico que percorre a produção do espaço em Henri Lefebvre e a experiência urbana manifesta nos projetos dos playgrounds do arquiteto Aldo van Eyck.

PALAVRAS-CHAVE: Devir. Direito à cidade. Infâncias urbanas. Urbanismo contemporâneo.

ABSTRACT

The article presents the results of the research whose objective of reviewing the ways and ways of childhood relations with the city, deals with the experience of appropriating public spaces from walks with groups of children. In this way, the reflection is lurking in the logic of subversion of everyday life, constituting maps through theoretical paths and conceptual articulations that contribute to the opening of a dialogue between children and the city. The methodological procedures of walking, mapping and analyzing the spaces covered, were practiced with devices for apprehending the paths, allowing the elaboration of an urban child as a map resulting from the research. Children combine a smaller expression characteristic of childhood with contemporaneity, providing a reworking of the frameworks for observing the use of space and its implications for urban form. With this, the observation of childhood places in cities, engender an empirical plan that runs through the production of space in Henri Lefebvre and the urban experience manifested in the designs of the playgrounds of the architect Aldo van Eyck.

KEYWORDS: *Becoming. Right to the city. Urban childhoods. Contemporary urbanism.*

INTRODUÇÃO

O ESTUDO COM AS CRIANÇAS e o espaço urbano foi realizado¹ na cidade de Pelotas. Localizada no estado do Rio Grande do Sul, está ao seu extremo meridional, estimando-se que haja 325.685 mil habitantes no local, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Deste número, mais de 90% vivem na zona urbana, sendo certo que sua pirâmide etária tem base menor, entre 0 e 10 anos, conferindo expressividade entre as faixas-etárias de 10 e 34 anos. A zona por onde ocorreram as caminhadas está mais ao sul e ao sudeste do mapa da cidade, área mais baixa e denominada “Zona do Porto”.

A paisagem da zona em questão transformou-se de operária à universitária (AL-ALAM, 2011), marcada por atividade portuária, e possui edificações que atualmente estão desativadas. No entanto, dadas essas caracterizações, talvez o mais importante a ser apresentado quanto à referida cidade e à área tratada seja uma forma urbana que encoraja o ato de caminhar. Isso posto, adentramos o cenário com perspectivas a partir da experiência das crianças, a fim de contribuir para a discussão das cidades identificando as camadas mantenedoras da vida urbana.

As crianças em questão neste percurso narrativo colaboraram com a reflexão, compondo grupos de caminhadas entre a escola e a galeria de arte. Ambas as instituições estão localizadas na zona do Porto e, por esse motivo, a área foi a paisagem percorrida. As experiências nos respectivos ambientes serão descartadas para acolher uma atenção aos deslocamentos, que muitas vezes desviaram o percurso até o local de chegada, exercitando a vida pública na sua dimensão cotidiana. Nesses momentos, reflexões sobre a velocidade dos carros e a largura das calçadas motivaram conversações, jogos e arruaça. Como recorte de pesquisa apresentado, o presente artigo concentra-se nessas conversações, nos jogos e nas brincadeiras fomentadas por elas, a fim de articular as elaborações teóricas consolidadas no campo do urbanismo. Participando do cotidiano das cidades como acompanhantes e coadjuvantes de uma dinâmica espacial hegemônica, as crianças, quando convidadas para refletir sobre os espaços pelos quais elas passam, têm a habilidade de provocar reflexões profícuas. Assim, os espaços de escuta para essas vozes vêm se consolidando como fundamentais para engendrar novas perguntas para as cidades. Apontando perspectivas pautadas na coletividade, na criação de vínculos e no brincar como ensinamento para uma dada negociação, a aposta para averbar o substantivo feminino criança e *criançar* o urbanismo é trazida como motivo de rastreamento de uma experiência ético-estética contemporânea.

REVISÃO DA LITERATURA

Sob o escudo do contexto de modernização do espaço, a interlocução no aporte teórico da sociologia é feita na compreensão de estratégias de apropriação e reinvenção do lugar. Lefebvre (1901-1991) traça um plano das contradições

cidade e campo, superado pela polarização centro-periferia que media as novas produções de relação. Diante disso, uma passagem da historicidade para a espacialidade já proposta pela modernidade é reapresentada, trazendo ênfase para o espaço em detrimento do tempo. Fundamentada na acentuação do possível, e não do real, a reflexão crítica do sociólogo francês ampara este percurso teórico na compreensão de subversões à lógica do cotidiano realizado no espaço, mas também enquanto condição e vida humana. Nesse ponto de vista, o espaço-tempo constitui mercadoria fragmentando os modos de vida ao restringir a apreensão do entorno, do percurso e mesmo do abrigo. Entregar para as crianças a rua é possibilitar que essa fragmentação se dilua ainda que temporariamente, permitindo que elas possam discutir o entorno a partir de outros intervalos de apreensão, dilatando esse percurso e deixando que cada uma delas perceba os detalhes que compõem dada paisagem. As contradições do espaço surgiram e foram apontadas por elas, que trouxeram à tona questionamentos sobre áreas livres, ocupações coletivas e moradia, constatando tais questões e suas práticas nas áreas perto da escola. Uma área esvaziada da sua atividade primária e com numerosas edificações desocupadas como a do Porto oferece vazios que contribuem diretamente para a precarização e a insegurança da região, mas, para além disso, consagra o espaço aberto como dimensão possível.

As reflexões lefebvrianas acerca do urbano demonstram uma condição de vida que é determinante para o processo de consciência, cuja significância espacial está atrelada à sua produção. Perceber o entorno escolar com os grupos conferiu “[...] um passo à frente na reflexão arquitetural e urbanística, ultrapassando seus setores e se debruçando sobre o conjunto da sociedade” (LEFEBVRE, 2000, p. 181). Daí a necessidade de assegurar a experiência urbana como direito à infância em detrimento do afastamento dos menores da vida pública, além de garantir a constituição gradativa do direito à cidade, levando a cabo o poder coletivo deformador do espaço.

O direito à cidade é discutido por Lefebvre em fins da década de 1960 e está presente na literatura internacional, sendo atualmente ainda mote de debate para muitos autores, como Don Mitchell (2003), Marcelo Lopes Souza (2010), David Harvey (2008) e Mark Purcell (2003). Essa atualidade se deve à produção do espaço em que a “cidade a fim de projetá-la na prática, não sem manifestar e significar assim a sociedade para a qual fornece uma ideologia prática” (LEFEBVRE, 2008, p. 24) afasta o proletariado dela mesma, da Cidade. Para isso, a concepção do direito à cidade elabora investigações que buscam alcançar a prática concreta do espaço público em detrimento de uma “[...] urbanização desurbanizante e desurbanizadora” (LEFEBVRE, 2008, p. 25). Testemunhar a incapacidade da gestão e o planejamento das cidades em acolher as crianças ratifica a hipótese construída pelo autor, quando a infância ainda é de fato *suburbana* (LEFEBVRE, 2008, p. 25) mesmo quando mantida sob privilégios; sua condição *in-fanti* amputa sua habilidade de falar e, por conseguinte, ser ouvida. A partir da sociologia urbana, a produção do espaço é um elemento central para

a compreensão do mundo moderno a partir dos seguintes pontos de vista: da realização do processo acumulativo do capital, da ação do Estado no sentido de criar os fundamentos para a reprodução das relações sociais capitalistas e da realização da vida urbana. É por isso que os conflitos que eclodem nas cidades realizam-se como luta pelo espaço, como exercício de cidadania, revelando uma prática cidadina institucionalizada; eles não se estabelecem como simples forma empírica e, não por acaso, isentam a infância de fazer parte de seus processos. Importante para a constituição da vida urbana, o corpo *infanti* dá a ver o direito à cidade não como conceito, mas como amparo constitucional, que pode se efetivar na constituição do comum. Nesse sentido, esse direito é subversivo. Pelo direito de concretizar a presença do seu corpo no espaço, a criança permite-nos enxergar o alargamento de zonas abertas, reivindicando brechas para a espacialização do corpo próprio. São capazes de consolidar zonas de inserção coletiva social como forma de apontar as lacunas a serem ocupadas na esfera pública, haja vista o uso de um parquinho como importante equipamento público que confere limites espaciais para a brincadeira, mas principalmente para o encontro.

A fim de perceber criticamente o recorte etário em questão, é necessário atentar para os parquinhos, ou *playgrounds*, com ponderação; pois, à medida que é estabelecido um espaço para o exercício da brincadeira, da invenção, da reunião, reafirma-se a função da cidade como espaço de circulação. Mais do que pelo recorte etário, as experiências da criança aqui são trazidas como contribuição para a *criançação* urbana, examinando a experiência delas como explicitação das contradições das relações sociais totalizadoras. Entre bordas, meandros e linhas difusas, existem escalas interpostas, aglutinadas, além de esboços. Logo, o corpo atento à paisagem aberta realiza o vivido no seio de uma prática socioespacial. *Criançar* o urbano é uma proposição que caminha na direção oposta à apologia que essa prática faz à exposição da mercadoria, como enunciado muito bem no percurso ético-estético “[...] das passagens do dadaísmo ao surrealismo (1921-24), da Internacional letrista à Internacional Situacionista (1956-57) e do minimalismo à *land art* (1966-67)” (CARERI, 2013, p. 28). Na realização da cidade pela experiência própria da infância, surge o questionamento acerca da produção do espaço na contemporaneidade: é possível pensar na dimensão possível como lugar da multiplicidade? Tratado em sua noção de despersonalização no massacre da cultura homogênea, o espaço pode ganhar dimensões de comunicação da realidade, mas não de representação dela, reafirmando o abstrato como destruição das experiências históricas (LEFEBVRE, 2001). Daí permite-se a aproximação do espaço esvaziado, aberto, baldio com a experiência da criança, fundamentado numa crítica produzida no horizonte utópico.

A prática do espaço foi sem dúvida uma tática para o ponto de partida do processo projetual de van Eyck, importante nome na construção de espaços da infância, que acreditava na arquitetura intercessora de um processo que despertasse no usuário a experimentação do desejo de conhecer o mundo através do movimento próprio do seu corpo. Essa produção reforça a dilatação dos

processos cartográficos como possibilidade de um corpo demasiado urbano que se faz e desfaz de outras camadas, entrelaçando demorados espaços e gestos capturados que catalisam a diluição das fronteiras antropocêntricas positivistas, manifestando as inquietudes urbanas.

É pela importância dos CIAM² e das intervenções arquitetônicas feitas pelo arquiteto holandês na perspectiva da cidade e da criança que serão discutidas algumas estruturações do brincar aqui e seus movimentos de resistência para o contexto urbano do pós-guerra e do funcionalismo da cidade moderna. O arquiteto em questão marcou a discussão dos lugares destinados à criança nas cidades desde 1947, quando construiu o primeiro *playground* como arquiteto do governo de Amsterdã. Depois disso, houve mais de 700 experimentos espaciais que marcaram a construção de espaços dotados de imaginação³. No dorso das questões do arquiteto está o *playground* como congruência de lugar e ocasião, dando prioridade às formas de uso que estão nesse *intermezzo*. Essa é, sem dúvida, uma premissa do espaço aberto e da multiplicidade, sendo a multiplicidade o terceiro princípio rizomático e correspondendo ao múltiplo efetivamente tratado como substantivo, quando ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 16). Os projetos que enfrentam a hierarquização, o pensamento árvore, estão constituindo essa matemática contra-hegemônica deleuze-guattariana do $n-1$, produzindo um encadeamento quebradiço de afetos com velocidades variáveis, precipitações e correlações e denunciando uma estrutura de poder fragmentada.

Os departamentos de desenvolvimento urbanístico, por meio dos juízes da maquinaria estatal, investem na identificação de espaços, possibilitando deslocar a rua da criança. A investida dos instrumentos urbanísticos não são para reinventar a rua, mas para reinventar a criança: mais dócil e com liberdade provisória e demarcada. Van Eyck toca nesse ponto quando possibilita afetar tanto os espaços privados com a expressão da rua quanto aos espaços públicos com a escala da casa. É através dessa proposta de intervir nos espaços mutuamente com a linguagem intrínseca a eles que o arquiteto holandês critica o modo de produzir arquitetura difundido após a vanguarda modernista, contrapondo-se ao que Le Corbusier transmitiu sobre a apropriação pública da cidade se dar por toda sua superfície, indiscriminadamente (BARONE, 2000).

Permitindo-se *crianças* seu processo projetual, van Eyck colocou janelas dentro de armários, aberturas de vidro de um pavimento a outro, “[...] possibilitando uma comunicação tão desejada na fantasia infantil quanto impossível na lógica adulta” (BARONE, 2000, p. 124). Por acreditar numa forma de criar que se manifesta no corpo e se modifica, ele destituiu o movimento de um ângulo estrutural e o devolveu às articulações do usuário. Eyck declarou para a Revista Forum que “[...] o funcionalismo matou a criatividade” (EYCK *apud* OUDENAMPSEN, 2011), pois, quando desencadeia a técnica, ele nos coloca sobre dados a serem analisados acerca do fluxo do espaço, estando em prejuízo os mais intrínsecos fatos humanos relacionados à concepção do lugar. Muito

embora as quantidades que perambulam também sejam parte da cidade, esta não é feita só de quantificação.

Outra contribuição do arquiteto para as práticas e as experimentações em arquitetura foi o desenvolvimento e a aplicação do conceito de relatividade (BARONE, 2000). A prática refere-se à conexão entre elementos que se estabelecem mais por relações que pela ordenação do espaço. Dessa forma, estabelece não só a necessidade de contato no intermezzo, mas também de suporte de brincadeira como dispositivo de criação que se ativa com a chegada do devir-criança. Aldo van Eyck se torna um arquiteto da diferença, estimulando sobretudo os princípios de conexão e heterogeneidade que “[...] colocam em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados das coisas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 17).

A filosofia dá suporte para a criação arquitetônica e urbana quando coloca essas questões como interrogações desde seus momentos processuais, havendo perguntas como “o que pode um corpo?” (SPINOZA, 2009). As criações e as *crianças* são afetadas por liberdades institucionalizadas e punições subjetivas. A arquitetura do Team X, grupo do qual van Eyck fazia parte, em geral, deixava as interpretações em aberto. Como exemplo disso, um aspecto importante na produção do arquiteto aqui qualificado como *crianceiro* são os elementos básicos organizados em diferentes composições, de acordo com cada contexto. A construção do espaço era feita sempre como algo do meio, intermediário entre a sua concepção e a constituição de uma prática urbana. O *playground* projetado pelo arquiteto é ativado pela brincadeira e não só pelo que podemos entender como a infantilização da paisagem. Reside nesta prática projetual a aposta em uma interação do tecido urbano em seu tempo do jogo também. Como pode o corpo se sentir parte da cidade moderna, essa máquina de racionalização massiva? O *playground*, espaço intermediário entre o público e o privado, era “lugar” e “ocasião” combinados. (OUDENAMPSEN, 2011); esse interstício na vida pública ocasionado pela composição de um território *crianceiro*.

O lampejo urbano da produção dos *playgrounds* do Grupo Cobra se dá em função de propostas que não são concebidas como intervenções urbanas apartadas do contexto. Os espaços servem como condensação. Isso posto, o suor *criaçado* é o intervalo da liberdade no uso da rua pública como única possibilidade de fazê-la. E essa apreensão se inaugura na experiência da criança. O Grupo Cobra trabalhava com uma apreensão de sentido que vinha do convívio com a atuação em uma vida pública controversa e latente. Desperta por desenhos infantis (MAYORAL CAMPA, 2014), essa apreensão de sentido oferece uma experiência estética que testemunha a criação a partir de ordem ética e controversa, retrucando a reprodução moral do espaço.

É suficiente apenas uma fresta no percurso de van Eyck para perceber a importância das crianças para a discussão das cidades. Em cada um de seus projetos, o arquiteto holandês tenta, por todos os meios, abordar as características especiais de seus usuários, fazendo com que a resposta final à tarefa não só seja

capaz de satisfazer necessidades corporais imediatas, mas também necessidades ligadas à individuação: escala, jogo, destruição, ânimo e criação. Essas são habilidades inerentes à experiência e às variações da produção do espaço, não sendo exclusividade da criança.

Por sua parte, a visão relativista de van Eyck é explicada quase pelo significado estrito (ou científico) do termo. De forma coerente com a teoria da relatividade de Einstein, segundo a qual a percepção do espaço e do tempo depende do estado de movimento do observador, van Eyck considera que a unidade espaço-tempo é um fator determinante na formação da identidade de coisas. Assim, embora qualquer elemento do nosso ambiente tenha sua própria identidade, não deve ser entendido como algo estático, mas sim como algo dinâmico. Em suas próprias palavras, é necessário distinguir entre “o que é constante em todas as coisas e que está em constante mutação” daquilo que é “[...] culturalmente irrelevante e espiritualmente falido” (EYCK; LIGTELIJN; STRAUVEN, 2008, p. 23). Ou seja, a verdadeira identidade das coisas é definida pelo “que é constante e está em constante mudança”. Por conseguinte, no contexto da dimensão humana de arquitetura, van Eyck confia a esta observação sensível processo para descobrir e construir os componentes capazes de formar uma “nova realidade” em devir. Impondo questionamentos constantemente, o arquiteto aposta em uma cooperação desde o partido do projeto entre espaço e corpo. Em seu manifesto *Spatial Colorism*⁴, ele defende que a cor não seja concebida como elemento decorativo, mas sim como componente da paisagem, sendo geratriz da ação direta do corpo no contexto de instalação, trazendo abertura para uma experiência que se concretiza no espaço e não é mimese de uma atenção à infância resolvida pela adição de cores no espaço.

O entendimento da dimensão possível da cidade como horizonte utópico e a aposta no porvir compõem o dorso desse plano conceitual, havendo influência mútua. É inevitável discutir o direito ao devir sem o devir por direito. O direito ao possível extravasa a dimensão política e legal que lhe é subjacente. Na tentativa de agenciamento da política do espaço e do corpo, retoma-se a experiência a partir da regência totalitária. Há um sentido de colonização, organização, estruturação e integração na vida da rua. São necessárias experiências entre um e outro ponto das estruturas de poder, como pulsão limítrofe desconstrutiva da homogeneização encontrada na urbanidade. Por exemplo, quais *crianças* são possíveis na cidade contemporânea?

O conflito do urbanismo contemporâneo enuncia em si mesmo a contradição desses movimentos, sendo uma rachadura para a produção capitalista, produção esta que se mantém em sua instabilidade invisível. Com intervenções planejadas para o urbanismo que não tocam este espaço-tempo contemporâneo, a cidade está centralizada através de gestões atreladas a interesses financeiros que esmagam as relações e seus desdobramentos heterogêneos, no experimento de desfazer seu sentido de espacialidade múltipla. Com isso, a vida urbana está no meio do caminho da própria constituição de vida, sendo

certo que, nesse contexto, o corpo deve ser enxergado a partir das dimensões biológicas e sociais, intimamente imbricadas, aberto para o desvio produzido materialmente, no ato criativo que dá chances para a intervenção no cotidiano como forma de apropriar-se da rua como lugar público. Segundo a autora, “[...] o lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta que a análise, aos poucos, vai revelando” (CARLOS, 2007, p. 15) e, com isso, investigar o lugar é uma forma de resistir à homogeneização do espaço. A partir daí, constituem-se lugares em devir, no sentido de que a urgência da vida pública na contemporaneidade seja esse porvir urbano. Isso porque é o movimento de apropriação do espaço que dá forma ao lugar. Porém, o plano de constituição desse lugar não se faz no contato imediato com a vida. Na verdade, ele se desenha a partir de seus afastamentos em relação a ela.

É na intenção de afastar que se constituem também as identidades de lugar. A crítica sobre o estabelecimento do *playground* como instrumento de controle decorre quando a habilidade projetual de reinventar o espaço reafirma a ciência reguladora das cidades. O *playground* não é o espaço da criança, mas para ela, construído para garantir uma locomoção delimitada num dado espaço. O estabelecimento de espaços infantis é ainda um instrumento de controle, colaborando com a contenção de uma gestualidade que não opera o tempo da labuta. Existe uma investida em *crianças* a cidade justamente porque isso cria situações capazes de revelar a dimensão da multiplicidade que envolve, por exemplo, a relação direta entre o corpo e o lugar, questão tratada por Marc Augé (1994) em “Não lugares”. O autor aponta a apropriação pelo corpo em que “o lugar se completa pela fala, a troca alusiva a algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores”. Nesse sentido, considera-se o seguinte: quando o espaço é aparelhado operando funções específicas de representação cromática, por exemplo, facilmente se torna um lugar de passagem, e não de apropriação, nem mesmo por parte do próprio público a que foi destinado. Já os contornos sociais contemporâneos e as representações estão cada vez mais diluídos no tempo-espaço.

Para elucidar essa questão do contato corpo-espaço na ativação de lugares, a prática arquitetônica do arquiteto Aldo van Eyck auxilia esse desdobramento teórico. Na escala da vida urbana, é pertinente realçar o lugar como base da reprodução da vida que pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar (CARLOS, 2007), entendendo o perigo da constituição representativa identitária que reforça questões da diferença. A partir da relação da infância com a rua, pode-se observar que a constituição das narrativas não acolhe as múltiplas perspectivas da criança em nenhum dos três pilares da tríade; não é a criança habitante, tampouco capaz de constituir identidade ou ativar lugar. A reflexão posta instigada pela dimensão possível reelabora a tríade e busca cidadecriança-contemporaneidade, confrontando a discussão da cidade e do pensamento hegemônico com práticas contemporâneas. O aniquilamento dos gestos primeiros impera no plano do vivido infantil e retira o *in-fanti* da vida

pública, contornando porções espaciais apropriáveis já narradas, que representam a faixa etária em questão em condição minorizada por práticas discursivas adultocêntricas. O espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através da experiência destitui a criança desse jogo, pois expressa modos de uso comum fora do plano dos devires. Dito isso, mapear o traçado da forma urbana por meio dos gestos da infância nela presente é um ato que contribui para uma aproximação que a cidade mantém com o vivido – relativo às relações, à matéria e à duração que nela se estabelecem.

CAMINHAR, MAPEAR E ANALISAR: APONTAMENTOS DE UMA CARTOGRAFIA CRIANCEIRA

Na obra intitulada *Diferença e Repetição*, Gilles Deleuze (1925-1995) se preocupa em discorrer sobre o espaço entre um acontecimento e outro. Esse percurso teórico é trazido como vetor para a busca do devir, pois é na diferença que o dado é dado. Ou seja, “[...] a diferença não é o diverso. O diverso é dado” (DELEUZE, 2000, p. 361). Isso significa que a proposição cartográfica *crianceira* está na intensidade e na possibilidade de diferenciação capturada, que possibilita arranjos contra-hegemônicos para a infância. Segundo Deleuze, “[...] dessa profundidade intensiva, desse *spatium*, saem ao mesmo tempo, a *extensia* e o *extensum*, a *qualitas* e o *quale*.” (DELEUZE, 2000, p. 375); ou seja, o tratamento da produção da diferença se dá como infortúnio teórico no percurso reflexivo. Isso ocorre na propulsão inicial da produção de pensamento a partir de outra escala, recorrendo aos gestos *crianceiros* no conceito de direito à cidade, nos processos de projeto do *playground* e nos delírios urbanos. O plano de imanência e os conceitos que estão pautados pela diferença são princípio constitutivo da natureza dissolvendo a determinação. Essa é a aposta na *criançação* como contribuição para a discussão das cidades. Menciona-se que, com a tática, não se acredita chegar à topologia da dimensão possível, mas à qualidade mais próxima do fenômeno *crianceiro* e sua capacidade urbanizadora. Diante dessa tarefa topográfica, a infância especializada nos *playgrounds* foi área de observação e esgotamento. Foram produzidos croquis e desenhos de observação dos modos e das maneiras que se realizam no lugar dedicado ao acompanhamento da brincadeira das crianças. Os dados qualitativos dessas observações possibilitaram apreender como o adultocentrismo opera de modo fundamentalmente tutelar.

Portanto, já que a busca pela *criançação* implica a tarefa da reelaboração da apreensão desta experiência apoiada em outra altura, perspectiva e ética, a etapa posterior da pesquisa foi desenvolvida conjugada às práticas infantis urbanas. Para alcançar o movimento como proposta de diferenciação, percorreu-se a cidade com os grupos de crianças e praticou-se o cotidiano no caminho entre a escola e a galeria de arte. As ações que possibilitaram a produção dos mapas de deslocamentos das crianças manifestaram narrativas de vida, dimensões reflexivas, modos de habitação e anotações para a transformação do território que a infância na vida urbana é capaz de oferecer ativamente para o debate das

idades contemporâneas. Na captura do gesto da diferenciação, a filosofia da diferença afirma:

Toda a diversidade e toda a mudança remetem para uma diferença que é a sua razão suficiente. Tudo o que se passa e aparece é correlativo de ordens e diferenças: diferença de nível, de temperatura, de pressão, de tensão, de potencial, diferença de intensidade (DELEUZE, 2000, p. 361).

Dessa forma, o desejo de mergulhar na dessemelhança *crianceira* que se produz no espaço público torna imprescindível uma gestologia, ou seja, um momento antes do movimento cartográfico que constitua regras. Abandonam-se os aspectos universais para *criança* deslocamentos entre instituições de arte e de educação com recorte bibliográfico das rupturas consolidadas em discursos de Lefebvre, van Eyck e Oiticica. Esse abandono de um paradigma generalizante para o apontamento dos intercessores da diferença busca também compreensão em Michel Foucault, cuja distinção entre diferença e alteridade resgata a noção de diferença em Saussure para a compreensão de uma “loucura alienada” (FOUCAULT, 1984). Esta, a loucura, não retoma o modelo dualista, no qual está retida uma concepção exclusivamente negativa da razão.

O corpo dá acesso à cidade, estabelece o contato do uno com o múltiplo ou, como se busca através deste percurso, da multiplicidade com a multiplicidade. A relação estabelecida no plano dos devires faz emergir modos de uso concebidos sem uma ordem representativa e, sobretudo, sem uma receita de utilização. Faz-se no contato e dá acesso à gestologia *crianceira*, ou ainda, ao que é produzido no espaço com o corpo errante. A conexão entre elementos por relações mais do que pela ordenação do espaço estabelece não só a necessidade de contato com o *intermezzo* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 37), mas também a necessidade do suporte de brincadeira como dispositivo de criação que se ativa com a chegada do devir-criança. É isso que aproxima o conceito de devir dos projetos de van Eyck, que pode ser considerado um arquiteto da diferença, estimulando, sobretudo, os princípios de conexão e heterogeneidade que “[...] colocam em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados das coisas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.15).

Uma estratégia contemporânea para pensar as relações do corpo com o espaço está justamente na conduta da errância cívica (CARERI, 2013). Refutando a constituição de um comum que insere criticamente, é preciso trazer ênfases às propriedades *crianceiras*. Mesmo minorizada, a *criançação* como modo de estar e perceber a cidade norteia novas espacialidades percebidas em resistências, que se realizam por meio de maneiras e táticas de apropriação. A condição da *criança* e sua relação com o espaço foi historicamente construída em função do território e suas relações de poder na cotidianidade. Contemporaneamente, as infâncias assumem posições insurgentes capazes de ativar e constituir a lógica do espaço. Por esse motivo, a atenção reflexiva se volta para análises que se preocupam com condições que estabelecem diferenças, conciliando a

identificação da experiência da criança como minoritária e o acirramento da posição adultocêntrica estruturada.

Assim, pensar o cotidiano e o lugar do lugar abre brecha para que a base teórica no urbanismo seja reformulada e se faça contemporânea a partir da diferença. Lefebvre (2000) pensa o cotidiano onde se realizam valor de troca e valor de uso, deixando à lógica do capital uma questão latente da constituição da cidade e da prática de seus espaços. Isso é feito quando o autor trata o espaço público em sua totalidade conceitual, propondo três abordagens: (a) vivência humana com a noção de lugar; (b) representação com o projeto; (c) percepção com as práticas sociais. Nesta última abordagem, as experiências urbanas serão trazidas a partir da participação da criança e suas percepções com as práticas sociais.

Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Nem mesmo o bar, o café (o bistro), deixaram de suscitar o ressentimento dos "conjuntistas", o seu gosto pelo ascetismo, sua redução do habitar para o habitat. Foi preciso que fossem até o fim de sua destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana (LEFEBVRE, 2001, p. 27).

A cidade é tecida “[...] pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos” (CARLOS, 2007 p. 20). Ela exige uma lógica própria de análise, que inclua o ato de vagar por suas ruas, por seus becos e, principalmente, pela vida. Essa miudeza analítica se consolidou na sociologia urbana a partir do marco lefebvriano, tendo sido desdobrada no campo da geografia por Milton Santos, que escreveu sobre a hibridização dos espaços, e por Ana Fani Carlos, que discutiu acerca da produção social e histórica, a partir da metageografia (CARLOS, 2015, p. 19). É pertinente também apontar dilatações teóricas nessa questão na própria sociologia – por exemplo, no trabalho desenvolvido por José de Souza Martins. Neste campo, o contato direto do corpo com o espaço expande análises a partir de perspectiva histórica:

[...] a história local é a história da particularidade embora ela se determine pelos componentes universais da história. Isto é, embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ele ganha sentido por meio deles quase sempre ocultos e invisíveis [...] é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido (MARTINS *apud* CARLOS, 2007, p. 20).

Imprescindível recorrer à cartografia dos afetos⁵, compondo o território de análise pautado em uma possível topografia *crianceira* das cidades, na qual é abordada a escala da experiência cotidiana repetindo a ampliação do olhar sobre

o corpo e seus questionamentos históricos. O passeio para a galeria de arte como motivo para caminhar, mapear e analisar o território reformula a relação não apenas da criança com a cidade, mas dela com o mapa, e instiga uma reformulação do mapa a serviço de outras abordagens topográficas da cidade.

Desta forma, a experiência *infanti* amputada de sua condição narrativa (AGAMBEN, 2005) se encontra amparada pela dimensão social que adentra a pele urbana, permitindo suar essas realidades em seus devires menores. Tal movimento metodológico é utilizado na tentativa de convocar a vida pública à *criançação*, na importância das mediações espaciais onde o ato de caminhar abarca a constituição dessa história do lugar, mas também da apropriação dessa narrativa histórica.

Quando a discussão do lugar da infância na cidade transcende a síntese projetual do *playground* e passa a ser tomada pela perspectiva da apropriação do espaço, estamos tratando de calçadas que chamam a temporalidade dos passos escorregadios da criança, da flanância⁶ à errância⁷ e suas possíveis variações corporais como atributo do traçado urbano. A contemporaneidade assume a pluralidade, sendo certo que discutir a problemática urbana neste tempo é justamente intentar a multiplicidade que sustenta as formas universais. Torna-se necessário retomar a discussão de gênero, de raça e de classe novas formas urbanas enunciadas em novos modos de apropriação.

Observando os deslocamentos *crianceiros*, percebem-se passos das pernas em escalas menores que são afoitos, que assimilam o escorregamento do tempo. A temporalidade do contexto da modernização aniquila o espaço e busca paridade rítmica com as pernas que sustentam corpos modulares corbusianos. São os pequenos membros inferiores que apaziguam o passo predominante porque pedem tempo de atenção em seu deslocamento, contendo em si a potência de deslocar o tempo-espaço. Os agenciamentos teóricos para a captura da experiência das infâncias contemporâneas esbarram na modernidade continuamente, porque ela está justamente em não se narrar. A experiência cotidiana *crianceira* é um estado, e não uma nova regra instituída. Com isso, a incapacidade de acolher tais condições demonstra que o banal não cabe na representação do espaço, ele insurge como reivindicação do estado de devir. Essa temporalidade da infância em sua experiência urbana não inova brincadeiras de rua, mas joga a cada quadra com o que lhe apresenta no entusiasmo do acaso. Isso porque, na ausência da narrativa e da representação, a criança resiste em dizer-se e inventar-se como lugar, e isso ocorre ininterruptamente.

Nessa invenção contínua, instalaram-se perguntas acerca da composição dos grupos da infância enquanto bandos nas ruas, já que parece ser essa uma formatação que confronta a representação homogeneizante, abrindo uma investida para análise da dinâmica da paisagem a partir da inserção desses grupos. Uma das táticas é, então, alojar essa desterritorialização *crianceira* em vez de ampliar espaços infantis na cidade.

O corpo ordenado pelas estruturas sociais instituídas através do que é público, embora docilizado (FOUCAULT, 2010), ainda está predisposto à criação como forma de ressignificação da materialidade em contato. Vetorizado pela cotidianidade corpórea que não se limita às crianças, o corpo concentra neste ponto o objetivo de compreender como as estruturas territoriais urbanas são absorvidas pelas crianças e como o território pode ser produzido pela presença delas.

A compreensão das territorialidades instaladas pelos grupos procura grifar as rupturas do discurso urbanista, onde a relação entre o habitante e a cidade é atravessada por modos de apropriação e usos que envolvem uma multiplicidade de possibilidades. A esfera da vida cotidiana potencializa entrecruzamentos de escalas e tempos guardando o sentido do dinamismo das relações entre necessidades e desejos, que fogem ao “poder estabelecido” ou se rebelam contra ele e contra tendências hegemônicas (e que se encontram latentes na vida urbana). Na experiência *crianceira* explode o agora, o acaso, a experiência pela experiência. Depois dessa explosão, a linguagem, o significante, a linearidade entre causa e efeito e as projeções de tempo e espaço sofrem contínuas alternâncias.

É pertinente apontar que, reiterando o agenciamento filosófico-urbanístico em questão, não se requisita aqui uma arquitetura superior ao regime moderno. É diante disso que se faz tão importante um olhar atento para captura de cartografias afetivas *crianceiras*, já que sua produção não envolve uma apelação em relação à arquitetura dogmática, mas produz diferenciação, dando consistência ao que se busca enquanto dimensão aberta do urbano. Trata-se de uma chance para uma nova narrativa, na qual o espaço público e as pessoas não são considerados problemas de engenharia a serem resolvidos, mas organismos interdependentes a serem cultivados. A reflexão traçada utiliza a produção holandesa que transformou centenas de espaços em lugares ativados por modos de vida reconfigurados a partir de vazios urbanos do pós-guerra, permitindo então tocar, transitar a epiderme da cidade, perambular entre um vazio e outro produzido nas lacunas da cidade sem solução de descontinuidade, que repete continuamente soluções hegemônicas.

NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da Dissertação de C. M. CLASEN intitulada “A cidade e as crianças: o direito ao devir urbano”. Universidade Federal de Pelotas, 2018. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/5344/Carolina%20Clasen_Dissertacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 fev. 2023.
2. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (*Congrés Internationaux d'Architecture Moderne*), fundado em 1928 na Suíça, aconteceu como principal proponente e difusor das discussões e inovações urbanas; sendo responsável pela assinatura da Carta de Atenas. Esta carta é um indispensável documento histórico para o urbanismo moderno que estrutura uma urbanidade racional e funcional na pretensão do bem-estar social.
3. Aldo van Eyck “*The city as playground*” Disponível em: <https://merijnoudenampsen.org/>, acessado em 3 de janeiro de 2021.

4. Manifesto escrito em colaboração com Constant Nieuwenhuis, em 1953.
5. A descrição e desenvolvimento da metodologia da cartografia afetiva criancieira, fundamental para a reflexão aqui posta, está disponível em pesquisa já citada desenvolvida pela autora no âmbito do mestrado.
6. O significado direto da palavra é “falta de coisas com as quais se preocupar” e é através do Flauneur que as flanâncias urbanas são procedimento de investigação e errâncias no espaço urbano.
7. É constituída de movimentos de recusa e denúncia direta do controle dos planejamentos urbanos, este conceito abrange deambulações, flanâncias, derivas etc.


REFERÊNCIAS

- AL-ALAM, T. C. De operário a universitário: transformações na paisagem do bairro porto em Pelotas. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.
- AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- AUGÉ, M. *Não lugares*. Campinas: Papirus, 1994.
- BARONE, A. C. C. *Team 10: arquitetura como crítica*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CARERI, F. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, A. F. A. *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a. (Coleção TRANS, v. 1).
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b. (Coleção TRANS, v. 2).
- DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Lisboa: Relógio D'água, 2000.
- EYCK, A. V.; LIGTELIJN, V.; STRAUVEN, F. *The Child, the City and the Artist: an essay on architecture, the in-between realm: written in 1962*. Amsterdam: Sun, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FOUCAULT, M. *Doença Mental e Psicologia (1954)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, v. 53, p.23-40, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em: 11 dez. 2023.
- LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. 4. ed. Paris Editions: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. [S.l.]: Centauro, 2008.
- MAYORAL CAMPA, E. Pensamientos compartidos. Aldo van eyck, el grupo cobra y el arte/Shared thoughts. Aldo van Eyck, the COBRA group, and art. *Proyecto, Progreso, Arquitectura*, n. 11, p. 64-75, 2014. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/ppa/article/view/33>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- MITCHELL, D. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: Guilford, 2003.
- OUDENAMPSEN, M. A cidade como playground. *Piseagrama*, n. 3, p. 52-55, 2011.
- PURCELL, M. Citizenship and the right to the global city: reimagining the capitalist world order. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 27, n. 3, p.1564-90, 2003.

SPINOZA, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOUZA, M. L. Which right to which city? In defense of political-strategic clarity. *Interface*, v. 2, p. 315-333, 2010.

CAROLINA MESQUITA CLASEN

 0000-0003-3859-4791 | Universidade Federal de Pelotas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Pelotas, RS, Brasil | E-mail: carolinaclasen@usp.br

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

CLASEN, C. M. *Criançar o urbanismo: uma contribuição da infância para a discussão das cidades*. *Oculum Ensaios*, v. 20, e235285, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5285>

RECEBIDO EM

30/1/2022

VERSÃO FINAL EM

13/2/2023

APROVADO EM

25/2/2023

EDITOR RESPONSÁVEL

Jonathas Magalhães e
Renata Baesso